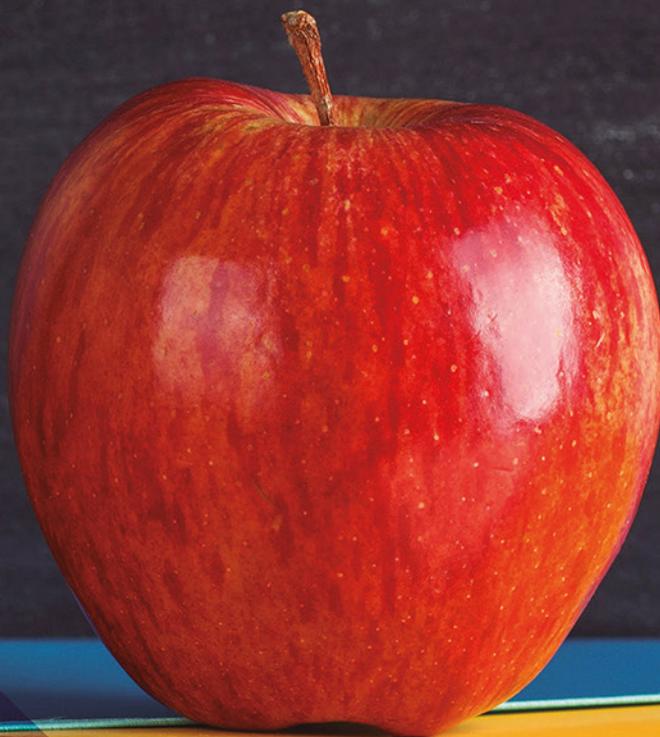


**Antonio Carlos Frasson**  
**Antonella Carvalho de Oliveira**  
**Lucimara Glap**  
(Organizadores)



**Atena**  
Editora

2018

**FORMAÇÃO  
DOCENTE**  
PRINCÍPIOS E  
FUNDAMENTOS

**Antonio Carlos Frasson**  
**Antonella Carvalho de Oliveira**  
**Lucimara Glap**  
(Organizadores)

# **Formação Docente: Princípios e Fundamentos**

Atena Editora  
2018

2018 by Antonio Carlos Frasson, Antonella Carvalho de Oliveira e Lucimara Glap

Copyright © da Atena Editora

**Editora Chefe:** Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Edição de Arte e Capa:** Geraldo Alves

**Revisão:** Os autores

### **Conselho Editorial**

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Carlos Javier Mosquera Suárez – Universidad Distrital Francisco José de Caldas/Colombia  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall'Acqua – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

### **Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

F723 Formação docente [recurso eletrônico]: princípios e fundamentos / Organizadores Antonio Carlos Frasson, Antonella Carvalho de Oliveira, Lucimara Glap. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2018.  
275 p. : 5.753 kbytes

Formato: PDF  
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader  
Modo de acesso: World Wide Web  
Inclui bibliografia  
ISBN 978-85-93243-90-5  
DOI 10.22533/at.ed.905180905

1. Educação. 2. Professores - Formação. I. Frasson, Antonio Carlos. II. Oliveira, Antonella Carvalho de Oliveira. III. Glap, Lucimara. IV. Título.

CDD 370.71

**Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422**

O conteúdo do livro e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

E-mail: [contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)

## PREFÁCIO

Este livro, organizado em quatro eixos, produto de alta qualidade acadêmica, é resultado de pesquisas coletivas e multi-institucionais, realizadas no Grupo de Pesquisa Educação a Distância: Formação docente para o Ensino de Ciência e Tecnologia da Universidade Tecnológica Federal de Paraná, Câmpus Ponta Grossa.

Todas as pesquisas realizadas, descritas e analisadas pelos artigos que compõem cada eixo, revelam o compromisso dos pesquisadores em articular o trabalho acadêmico com a realidade educacional brasileira, em todas as etapas e níveis de ensino.

O primeiro eixo contempla o leitor com discussões contemporâneas sobre Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS) e suas implicações na educação. As discussões e análises, presentes nesses artigos, apontam que tanto a ciência como a tecnologia devem estar atreladas ao compromisso ético, político e profissional de professores e pesquisadores, para construir uma sociedade mais justa, humana e igualitária. Nesse processo de construção, a escola é entendida como o *lócus* privilegiado para estimular e desafiar os estudantes, a assumirem posturas mais ativas, críticas frente as demandas tecnológicas.

Os artigos que compõem o segundo eixo tratam de estudos sobre a Educação a Distância (EaD), modalidade de ensino que, segundo os autores, promove a democratização da educação. A importância da EaD para a formação de milhares de brasileiros, tanto na graduação como na pós-graduação, não pode ser ignorada, pois esta modalidade de ensino, considerando as dimensões continentais e as disparidades regionais de nosso país, é a que possibilita o acesso à educação. Destarte, todos os problemas institucionais que afetam essa modalidade de ensino, que devem ser superados pelo poder público, esta tem uma função social, que deve ser reconhecida.

No eixo três, o leitor depara-se com discussões, extremamente significativas, voltadas para o ensino da matemática na Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental. Os artigos que abordam esta temática transitam pela análise das práticas pedagógicas até a propositura de formação continuada para os professores que atuam nestas etapas de ensino, para que os mesmos tenham condições de articular o saber da área de conhecimento, com a prática pedagógica desenvolvida na sua ação docente. Ainda neste eixo há artigos que apontam para questões fundamentais, que devem estar presentes nas discussões sobre a construção de uma escola pública inclusiva. O conceito de escola inclusiva, presente nos estudos, superam o entendimento de que esta escola deve estar apenas voltada para atender os estudantes portadores de deficiência, ainda que isto deve ser considerado. Mas trata, sobretudo, da construção, enquanto política pública, de uma escola preocupada com as singularidades do lugar onde está inserida, como é o caso das escolas localizadas no campo, que precisam ampliar as possibilidades de acesso aos estudantes, suprimindo barreiras que as limitem. A preocupação dos autores foi a de demonstrar que o saber (conteúdo),

obrigatoriamente, tem que estar atrelado na relação do como se ensina (forma, prática) e nesse movimento dialético considerar o contexto para o desenvolvimento das práticas pedagógicas.

A importância da academia cumprir a sua função social, de compromisso com a educação básica, tanto em relação aos cursos superiores de formação inicial, quanto à necessidade das pesquisas na pós-graduação, estarem enfrontadas com as demandas das escolas públicas, são posicionamentos que o leitor vai desvendar transitando pela leitura dos artigos que compõem o quarto eixo. Os artigos são resultados de pesquisas desenvolvidas por professores de quatro instituições superiores, que estão debruçados sobre análises de dados, que revelaram o despreparo de professores, gestores e equipe pedagógica da educação básica, para atenderem as demandas do alunado que está matriculado nas classes de ensino regular.

Ao escrever este prefácio tive a intenção de contextualizar o livro alinhando a expectativa do leitor com as teorias e análises que foram desenvolvidas nos artigos que compõem a obra. Nesse sentido, convido os leitores para fazer o mesmo trajeto que fiz e conhecer o trabalho de pesquisa sério que está sendo desenvolvido por este grupo. Parabênico a todos e agradeço o presente.

Esméria de Lourdes Saveli  
Doutora em Educação /UNICAMP-SP

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1.....</b>	<b>1</b>
TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS: RUMO A UMA DISCUSSÃO EM CIÊNCIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE NO BRASIL	
Rodrigo Barbosa e Silva Luiz Ernesto Merkle	
<b>CAPÍTULO 2.....</b>	<b>18</b>
ENSINO DE CIÊNCIAS COM ENFOQUE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE (CTS) PARA OS ANOS INICIAIS: UMA EXPERIÊNCIA A PARTIR DO CLUBE DE CIÊNCIAS ADAPTADO	
Rosemari Monteiro Castilho Foggiatto Silveira Fabiane Fabri	
<b>CAPÍTULO 3.....</b>	<b>35</b>
ALGUMAS RELAÇÕES ENTRE CTS E A ARTE: DISCUTINDO 3 TELAS DE JOSEPH WRIGHT	
Awdry Feisser Miquelin Amanda Loos Vargas	
<b>CAPÍTULO 4.....</b>	<b>46</b>
EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA: POLÍTICAS PÚBLICAS E A DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO PELA UAB (UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL)	
Luís Guilherme Gonçalves Cunha Eloiza Aparecida Silva Avila de Matos	
<b>CAPÍTULO 5.....</b>	<b>59</b>
DIÁLOGOS ASSÍNCRONOS NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES: REFLEXÕES SOBRE A QUALIDADE DA INTERAÇÃO EM AMBIENTES VIRTUAIS DE APRENDIZAGEM	
Nei Alberto Salles Filho Virgínia Ostroski Salles	
<b>CAPÍTULO 6.....</b>	<b>74</b>
A EXPERIÊNCIA NA EAD VISTA PELA TEORIA	
Katrym Aline Bordinhão dos Santos João Henrique Berssanette	
<b>CAPÍTULO 7.....</b>	<b>81</b>
A LEGISLAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA (EAD): RESGATE HISTÓRICO COM AVANÇOS OU IMPOSSIBILIDADES PARA A OFERTA DE UM ENSINO MÉDIO DE QUALIDADE? UMA ANÁLISE CRÍTICA DA LEI 9.057/2017	
Marcus William Hauser Cheperson Ramos Edevaldo Rodrigues Carneiro Gislaine Kazeker de Siqueira Rogério Ranthum	
<b>CAPÍTULO 8.....</b>	<b>91</b>
REVISITANDO APONTAMENTOS TEÓRICOS E LEGAIS SOBRE FORMAÇÃO DE PROFESSORES E A MODALIDADE DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA	
Damaris Beraldi Godoy Leite Sandra Regina Gardacho Pietrobon Gislaine Kaizeker Juliane Retko Urban Marcus William Hauser Rogério Ranthum	

<b>CAPÍTULO 9.....</b>	<b>109</b>
ATENÇÃO CONJUNTA NO DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA PEQUENA COM E SEM DEFICIÊNCIA VISUAL	
Miriam Adalgisa Bedim Godoy Maria Stella Coutinho de Alcantara Gil	
<b>CAPÍTULO 10.....</b>	<b>125</b>
DESAFIOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO CAMPO	
Sandra Aparecida Machado Polon	
<b>CAPÍTULO 11.....</b>	<b>144</b>
FORMAÇÃO DE PROFESSORAS/ES DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL PARA O ENSINO DA MATEMÁTICA: RELATOS E REFLEXÕES DE UMA EXPERIÊNCIA DE FORMAÇÃO CONTINUADA	
Franciele Clara Peloso Marlova Estela Caldatto Janecler Aparecida Amorin Colombo	
<b>CAPÍTULO 12.....</b>	<b>154</b>
A CRIANÇA E O JOGO MATEMÁTICO NOS ANOS INICIAIS	
Andreia Bulaty	
<b>CAPÍTULO 13.....</b>	<b>173</b>
ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: DEMANDAS PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES	
Karina Soledad Maldonado Molina	
<b>CAPÍTULO 14.....</b>	<b>195</b>
FORMAÇÃO DOCENTE NA ÁREA DA INCLUSÃO	
Carolina Paioli Tavares Eliane Mauerberg-deCastro	
<b>CAPÍTULO 15.....</b>	<b>207</b>
A FORMAÇÃO DE PROFESSOR PARA A INCLUSÃO	
Elsa Midori Shimazaki Renilson José Menegassi Liliana Yukie Hayakawa	
<b>CAPÍTULO 16.....</b>	<b>222</b>
POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO EDUCACIONAL E OS DESAFIOS FRENTE À FORMAÇÃO DOCENTE	
Eliziane Manosso Streiechen Gilmar de Carvalho Cruz Cibele Krause-Lemke	
<b>SOBRE OS ORGANIZADORES.....</b>	<b>241</b>
<b>SOBRE OS AUTORES.....</b>	<b>242</b>

## EIXO 1 – CIÊNCIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE (CTS)

### APRESENTAÇÃO

As reflexões deste eixo estão centradas em temáticas que abrangem pesquisas atuais na perspectiva da Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS). As abordagens trataram especificamente, do panorama geral das pesquisas sobre o tema e suas implicações na graduação e na pós-graduação. Sabe-se que o interesse em pesquisas com abordagens CTS, no contexto do ensino, vem crescendo e com isso tem aumentado a heterogeneidade de suas propostas, apontando a necessidade de reflexões e discussões sobre os rumos dessas pesquisas.

O trabalho dos autores Rodrigo Barbosa e Silva e Luiz Ernesto Merkle, intitulado “Tecnologias Educacionais: rumo a uma discussão em Ciência, Tecnologia e Sociedade no Brasil”, traz uma reflexão sobre o campo de Ciência, Tecnologia e Sociedade e suas implicações em educação. O artigo versa as discussões do Grupo de Pesquisa Ciências Humanas, Tecnologia e Sociedade (CHTS), do Programa de Pós-graduação em Tecnologia e Sociedade (PPGTE) da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Câmpus Ponta Grossa.

Já as discussões trazidas pelas autoras Rosemari Monteiro Castilho Foggiatto Silveira e Fabiane Fabri, no artigo “Ensino de Ciências com enfoque Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS) para os Anos Iniciais: Uma Experiência a partir do Clube de Ciências Adaptado”, traz elementos que foram contextualizados em forma de prática pedagógica com docentes em curso, onde as discussões tinham como base os estudos da CTS e sua aplicabilidade para os anos iniciais. As autoras destacam que o desenvolvimento de atividades na área de Ciências deve proporcionar uma alfabetização científica e tecnológica por meio da abordagem CTS, descrevendo uma experiência nos anos iniciais do ensino fundamental, mostrando que é algo que precisa ser expandido.

O estudo trazido pelos autores Awdry Feisser Miquelim e Amanda Loos Vargas, “Algumas relações entre CTS e a arte: Discutindo 3 telas de Joseph Wright”, objetivou evidenciar resultados de pesquisa bibliográfica sobre três telas do pintor inglês Joseph Wright do século XVIII, ainda, trouxe um breve relato de seu contexto histórico, e possíveis relações para potencializar diálogos CTS. Os autores tratam a pesquisa como uma investigação teórica que envolve a prática de sala de aula numa perspectiva mais ampla, fugindo de práticas diretamente conteudista que em muito permeia no Ensino.

Desta forma, a partir desta apresentação dos escritos dos autores e das autoras, os leitores e leitoras são convidados (as) para refletir sobre os estudos tratados neste capítulo acerca das discussões contemporâneas sobre CTS.

Virgínia Ostroski Salles

## EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA: POLÍTICAS PÚBLICAS E A DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO PELA UAB (UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL)

**Luís Guilherme Gonçalves Cunha**  
**Eloiza Aparecida Silva Avila de Matos**

### INTRODUÇÃO

**RESUMO:** Este artigo delimita os marcos históricos da Educação à Distância (EaD) no Brasil, bem como os marcos regulatórios que possibilitaram a implementação desta modalidade. Os principais marcos regulatórios elencados são a LDBEN 9394/96 que insere a EaD como possibilidade de formação continuada para o trabalho e os Decretos 2561/98, 5622/05, 5800/06 que regulamenta e credencia municípios e estados a ofertar programas em EaD, bem como regulamenta e credencia instituições superiores públicas e privadas para a oferta de cursos em EaD e cria a UAB, respectivamente. A partir do que é exposto nesses documentos é possível dizer que a LDB é tratada de maneira superficial e que por isso faz-se necessário a criação dos decretos citados. Por fim, são analisados dados dos Censos Universitários para comparar os números anteriores e posteriores da criação da UAB, que demonstra ser uma política pública que vem possibilitando o acesso de um número expressivo da população ao ensino superior.

Que a Educação à Distância (EaD) é uma tendência global para a universalização e interiorização da educação ninguém duvida. O Brasil vem se adaptando perfeitamente a esta modalidade de ensino. Muito se deve ao fato do Brasil ser um país que ainda precisa melhorar seus índices educacionais, principalmente em formação inicial e continuada de graduação. Esta modalidade oferece ao Brasil a possibilidade de chegar aos locais mais longínquos com cursos superiores de instituições superiores de qualidade.

A discussão permeia a evolução da EaD no mundo e no Brasil, delimitando as trajetórias desta modalidade. É importante que se faça este levantamento dos marcos históricos para compreender como os marcos regulatórios representaram uma evolução de política pública e também conceitual da modalidade no Brasil. As principais políticas públicas abordadas são a LDBEN 9394/96 que deu o pontapé inicial para a criação e balizamento de outras políticas públicas. E a criação da Universidade Aberta do Brasil (UAB) pelo Decreto 5800/06 que possibilitou a intensificação de ofertas de cursos superiores em EaD, bem como o número de matrículas nesta modalidade.

## CONCEPÇÕES DE EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA

Nas últimas décadas o que se observa é o aparecimento de uma sociedade baseada na informação e no desenvolvimento científico e tecnológico. Este ocorre principalmente no campo das redes de comunicação e na transmissão de dados.

A EaD pode ser conceituada de diversas maneiras. Trata-se de uma modalidade de ensino que oportuniza a interação entre professores e alunos em ambiente não formal, utilizando-se de Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) diversas e supera a relação entre tempo e espaço, podendo ser síncrono (tempo real) ou assíncrono (atividades não realizadas em tempo real). Essa definição tomou por base conceitos estabelecidos por diversos estudiosos da EaD, como Peters (1973), Moore (1973), Høleberg (1977), Garcia Aretio (1987) e Chaves (1999) que desenvolveram suas teorias conforme o contexto histórico que vivenciavam nos seus países. Porém, todos a apontam como um caminho viável para a democratização do ensino. Peters (1973) cita que a EaD é um método que facilita a instrução de grandes contingentes de indivíduos, através do compartilhamento de conhecimento e informações. Segundo esse autor, estava voltada basicamente aos princípios organizacionais industriais. Moore (1973) cita os meios impressos, eletrônicos, mecânicos e outros como possibilidade de acentuar a comunicação entre alunos e professores. No que se refere especificamente à interação entre alunos e professores, Høleberg (1977) incorpora o trabalho dos tutores à discussão que podem interagir de diversas maneiras com o aluno. Na década de 1970, Høleberg (1977) sugere que os tutores estivessem presentes diretamente com os alunos. Garcia Aretio (1987) dá ênfase à aprendizagem autônoma e flexível do aluno, acompanhado por um tutor que interage de maneira bidirecional, através de um sistema tecnológico de comunicação dialógica.

As mais recentes definições de EaD, como a de Chaves, enfatizam a separação dos envolvidos em relação ao tempo e espaço. Essas escalas são rompidas graças ao desenvolvimento das TICs, através do uso de aparatos tecnológicos como computadores e dispositivos móveis (CHAVES 1999).

Como já citado anteriormente, o contexto histórico mundial e brasileiro definiram a evolução dos conceitos explicitados em 5 gerações, conforme Moore e Kearsley (2007) apud Rodrigues e Schmidt (2010, p. 14)

Final do século XIX - Estudo via Correspondência; Início do século XX – Estudo por meio de Rádio e Televisão; Final do século XX – Entre Anos de 1960 – 1970 (Universidades Abertas); Final do século XX – Entre Anos de 1970 – 1980 (Teleconferências); e a última década do século XX (Uso da Internet e computador).

Dentre as caracterizações atuais referente ao uso de aparatos tecnológicos, poderíamos incluir mais uma geração na discussão que envolve uma tendência no uso de dispositivos móveis (celular e tablet) que privilegiam ainda mais a autonomia de quem cursa na modalidade em EaD. Surge então, segundo Lima (2014), um novo paradigma educacional chamado de *mobile learning* ou *m-learning*. Para a autora, a

possibilidade do aluno estar com um dispositivo móvel em mãos pode facilitar tanto o acesso aos conteúdos quanto às plataformas, como também intensifica e melhora a comunicação entre os envolvidos no processo.

Alguns autores, como Lima (2014), redefiniram para o Brasil três trajetórias pela qual a EaD percorreu: a primeira por correspondência e rádio; a segunda através do uso de televisão e recursos multimeios; e, por fim, a utilização do computador, meios digitais e internet. Esta última divisão proposta parece estar mais adaptada à realidade brasileira que teve seu desenvolvimento tardio em relação a EaD no mundo.

A Trajetória 1 corresponde ao período de chegada das escolas internacionais ao Brasil em 1904 até 1970. Nesse período vários acontecimentos incentivaram a formação continuada e profissional, como por exemplo, a criação do Instituto Universal Brasileiro por correspondência e a Universidade o Ar (SENAC e SESC) por rádio na década de 40.

Outro marco histórico importante refere-se à doação da Rádio-Escola Municipal no Rio de Janeiro ao MEC, que inicia a oferta de cursos via rádio na abrangência de sinal. Em 1961 foi criado o MEB – Movimento de Educação de Base pelo Decreto 50.370/1961 que determinava ao governo financiar cursos de formação continuada e profissional via rádio nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Evidencia-se, também, a criação de comissões pelo Decreto 65.239/1969 para administrar a expansão do Sate (Sistema Avançado de Tecnologias Educacionais) no país. A falta de disponibilidade de dados das políticas e programas criados na época dificultam a análise a respeito da expansão da modalidade neste contexto (LIMA, 2014)

A Trajetória 2 no Brasil corresponde ao uso de televisão e outros recursos multimeios muito em função do Decreto 65.239/1969. É importante destacar que os meios utilizados anteriormente não deixam de ser usados, porém se incorporam aos processos novos recursos tecnológicos. Esta corresponde ao período que abrange desde a década de 70 até meados da década de 90. O marco histórico mais relevante deste período é a elaboração da Constituição Federal de 1988, que em seu artigo 206 determina políticas expansionistas universais e democráticas para o ensino. Nesse contexto, a EaD é estabelecida como modalidade educacional.

A EaD é uma proposta do sistema educacional que no contexto brasileiro tem objetivo de democratizar a formação inicial e continuada de profissionais. Essa democratização da formação é um direito previsto na Constituição Federal (CF) de 1988. Esse processo de formação em EaD desponta em 1993 com o Plano Decenal de Educação para Todos (1993-2003) e no Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) de 2007. Porém, o Marco inicial que pontua essa proposta para a formação de professores é a LDBEN 9394/96 (LIMA, 2014) já na trajetória 3.

## EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR EM EAD NO BRASIL

A democratização do acesso aos meios de comunicação e informação digital no Brasil, considerando a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2014 (PNAD), ainda envolve um grande desafio, que é a sua universalização. Porém, o maior desafio para popularizar a EaD como modalidade de ensino é promover a redução da pobreza, para que todos tenham acesso às TIC's. Na Tabela 1 é possível verificar que em 2014 cerca de 45,1% da população brasileira ainda não tinham acesso à internet na residência. Se considerar as populações urbanas e rurais corresponde a 81,5% e 39,2% respectivamente, sendo as regiões sul e sudeste com maior acesso à internet no país. Isso demonstra que apesar de criação de políticas públicas para a universalização do ensino o país ainda precisa resolver o problema da pobreza que vem criando, além da exclusão social, uma exclusão digital.

Situação do domicílio e Grandes Regiões	Domicílios particulares permanentes					
	Valores absolutos (1000 domicílios)			Valores relativos (%)		
	Total	Existência de utilização da Internet no domicílio		Total	Existência de utilização da Internet no domicílio	
		Havia	Não havia		Havia	Não havia
<b>Brasil</b>	<b>67 039</b>	<b>36 814</b>	<b>30 225</b>	<b>100,0</b>	<b>54,9</b>	<b>45,1</b>
<b>Norte</b>	4 939	2 202	2 737	100,0	44,6	55,4
<b>Nordeste</b>	17 562	7 412	10 151	100,0	42,2	57,8
<b>Sudeste</b>	29 131	18 317	10 813	100,0	62,9	37,1
<b>Sul</b>	10 274	5 981	4 293	100,0	58,2	41,8
<b>Centro-Oeste</b>	5 133	2 903	2 231	100,0	56,5	43,5
<b>Urbana</b>	<b>57 641</b>	<b>35 074</b>	<b>22 567</b>	<b>100,0</b>	<b>60,8</b>	<b>39,2</b>
<b>Norte</b>	3 765	2 073	1 692	100,0	55,1	44,9
<b>Nordeste</b>	13 178	6 785	6 393	100,0	51,5	48,5
<b>Sudeste</b>	27 258	17 859	9 399	100,0	65,5	34,5
<b>Sul</b>	8 830	5 559	3 271	100,0	63,0	37,0
<b>Centro-Oeste</b>	4 609	2 796	1 813	100,0	60,7	39,3
<b>Rural</b>	<b>9 398</b>	<b>1 740</b>	<b>7 658</b>	<b>100,0</b>	<b>18,5</b>	<b>81,5</b>
<b>Norte</b>	1 174	128	1 046	100,0	10,9	89,1
<b>Nordeste</b>	4 384	626	3 758	100,0	14,3	85,7
<b>Sudeste</b>	1 873	458	1 415	100,0	24,5	75,5
<b>Sul</b>	1 444	421	1 022	100,0	29,2	70,8
<b>Centro-Oeste</b>	524	106	418	100,0	20,3	79,7

Tabela 1 - Domicílios particulares permanentes, por existência de utilização da Internet no domicílio, segundo a situação do domicílio e as Grandes Regiões - 2014

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2014.

Essa exclusão de acesso às informações, segundo alguns autores só pode ser resolvida com investimentos em políticas educacionais, como afirmam Rodrigues e Schmidt (2010, p. 13) que citam a dificuldade de acesso à educação como sendo uma das causas dessa exclusão, que restringe o desenvolvimento humano e provoca

alterações na dinâmica e na estrutura social. Acredita-se que num curto espaço de tempo é possível que sejam inclusos no processo educativo indivíduos que até então encontram-se excluídos. A modalidade em EaD privilegia essa democratização do ensino em um país como o Brasil, que tem grande extensão territorial e concentração de IES em grandes centros. Para tanto, Rodrigues e Schmidt (2010) afirmam que esta modalidade também oportuniza formação inicial e continuada aos que, por motivo de trabalho ou localização, não podem cursar presencialmente.

Existe uma preocupação em relação à qualidade dos cursos em EaD. Alonso (2009) e Dourado (2011) citam algumas questões que influenciam nisso. LIMA cita os autores destacando os aspectos que afetam diretamente no EaD:

- A expansão de um mercado educacional na oferta desses cursos e o processo de precarização do trabalho docente devido à estrutura de trabalho, inclusive as formas de contratação, nas instituições de ensino (IES) privadas e nas públicas (Ipes);
- A lógica expansionista, que se baseou na perspectiva quantitativa e privatista;
- A materialização, que excluiu as mínimas condições das políticas e propostas para a modalidade e a definição de um modelo de EaD para o Brasil.

Assim, o Estado balizou em suas políticas públicas essas preocupações acerca da democratização ao ensino, com a EaD, bem como sua qualidade na oferta dos cursos de graduação de formação inicial e continuada. É possível inferir que a evolução das políticas públicas voltadas a esta modalidade, centraram-se na formação inicial e continuada, bem como no credenciamento das Instituições e Ensino Superior (IES) e a avaliação dos cursos.

## **AÇÃO ESTATAL E EXPANSÃO RECENTE DO EAD NO BRASIL**

Como política de democratização do ensino e formação continuada e inicial, a EaD entra na pauta das discussões, em âmbito governamental, na década de 70. Porém é somente a partir da década de 90 que esta modalidade toma rumos mais expressivos, com a Lei de Diretrizes e Bases - LDBEN 9394/96 e com os Decretos 2561/98 e 5800/06. É nesse momento, então, que passa a se fazer presente nas políticas públicas de Estado. A partir disso, será realizada uma discussão a respeito da abordagem da EaD na LDBEN, os Decretos e a criação da UAB – Universidade Aberta do Brasil e a abrangência da modalidade em âmbito nacional.

### **LDBEN 9394/96**

Antes da inserção da EaD como política pública de formação inicial e continuada no Brasil, já se realizavam discussões em âmbito global. Um exemplo disso é

o Plano Decenal de Educação para Todos (1993-2003), realizado em Jomtien, na Tailândia, em 1990. Este plano previa a universalização da educação básica entre os países signatários da conferência, inclusive o Brasil. O documento produzido nesta conferência ficou conhecido como Declaração Mundial de Educação para Todos e previa que houvesse uma colaboração regional entre os países para o cumprimento do objetivo proposto. Dessa forma, a EaD é inserida como possibilidade de integrar as políticas educacionais em escala regional (NOGUEIRA, 2010).

Essa proposta de formação em massa vai ao encontro com as ideias de um modelo fordista de formação em EaD, que produz e distribui em larga escala, divide o trabalho, separa o trabalho intelectual do manual, otimiza processos e padroniza os produtos com baixo custo (BELLONI, 2003). Este documento não pode ser confundido com o Plano Nacional de Educação que previa na década de 2001-2010 a eliminação do analfabetismo e universalização do ensino fundamental no Brasil. Comparando as ideias centrais dos dois documentos, fica claro que as primeiras propostas tinham como destaque a formação em massa e universalização do ensino. Já a proposta presente no Plano Nacional de Educação era de formação continuada para os que já estavam inseridos no mercado de trabalho (NOGUEIRA, 2010). Dessa forma tornava-se necessário um estudo de como abordar esta formação já que a diversidade era muito grande, tanto no que se referia à frequência quanto a formação inicial. A solução foi integrar momentos presenciais aos momentos a distância (teleducação). Nesse Plano Decenal (Plano Nacional de Educação), existia a necessidade em aprimorar e ampliar a formação continuada de professores, acompanhar programas de EaD e desenvolver projetos multimeios de apoio à sala de aula, era o Sistema Nacional de Educação a Distância. É importante destacar a estrutura do Plano Nacional de Educação a Distância

De acordo com este documento, o Sistema estava sendo estruturado pelo Protocolo de Cooperação assinado pelo MEC e o Ministério das Comunicações, com a participação do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB), do Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED) e da União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME) (NOGUEIRA, 2010, p. 2-3).

O Sistema Nacional de EaD, previa pela primeira vez de maneira acentuada a formação continuada de professores. Para tanto criaram um consórcio de apoio do CRUB com as universidades, de maneira que pudessem ofertar cursos em EaD tanto para formação inicial quanto continuada, para todos os níveis de ensino.

A proposta inicial desse Sistema foi fragmentada nas LDBEN 9394/96 o que tornou a abordagem sobre EaD nesta lei bastante superficial. Um questionamento bastante levantado é a respeito da participação da sociedade civil, já que centralizam todas as ações no poder executivo (MENDES, 2005).

Para a autora é possível verificar que

Nos textos do PL 1.258\*/88 (1º Substitutivo do Dep. Jorge Hage) e do PLC nº 101/93 (Substitutivo do Sen. Cid Sabóia), encontramos capítulos específicos para a educação a distância: Capítulo XIV – DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E DA EDUCAÇÃO CONTINUADA e Capítulo XV– DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA, respectivamente. Nestes capítulos, encontramos nos Art. 102 e Art. 71, respectivamente, a preocupação em definir, na lei, a educação à distância. Esta preocupação não é encontrada na LDB nº 9.394/96 onde uma definição para a EaD é omitida. Essa omissão é interpretada nesta análise, como um afrouxamento na regulamentação para que possa ser melhor adaptada às necessidades vindouras do poder executivo. Encontramos na Lei nº 9.394/96, nas Disposições Gerais, Art. 80 apenas o incentivo ao desenvolvimento e veiculação de programas de ensino a distância em todos os níveis e modalidades de ensino e de educação continuada. A definição de educação a distância fica a cargo do Art. 1º do Decreto nº 2.494/98, que regulamenta o Art. 80 da Lei nº 9.394/96. A comparação das definições que são dadas à EaD nos textos das três leis em questão, apontou para a definição encontrada no PL nº 1.258\*/88 (1º Substitutivo do Dep. Jorge Hage) como sendo a que apresenta a melhor e mais completa definição para a EaD. No entanto, na definição que dá à matéria, tanto no PL 1.258\*/88 (1º Substitutivo do Dep. Jorge Hage), como no PLC nº 101/93 (Substitutivo do Sen. Cid Sabóia) e no Art. 1º do Decreto nº 2.494/98, não fica implícita, para a EaD, a necessidade de um corpo docente especializado atrelado ao ensino a distância. Na nossa análise essa omissão pode vir a dispensar, nos três textos confrontados, a interação dialógica mediada por professores e especialistas em EaD nos programas de educação a distância em todos os níveis e modalidades. (MENDES, 2005, p. 99)

A autora em sua fala compara a LDBEN 9394/96 com o que já existia antes em relação à proposta de EaD. Em suas reflexões Mendes cita que na LDBEN tira-se a definição de EaD, o que a torna mais adaptável às políticas oriundas do poder executivo. Em contrapartida cita que na LDBEN valoriza-se a necessidade em formar professores especialista em EaD em todos os níveis de modalidade.

Na LDBEN, é possível encontrar inferências sobre a EaD em dois artigos: Artigo 80 e 87. No Artigo 80 verifica-se que caberia ao poder executivo regular as normas para a EaD o que comprova a ausência da sociedade civil." :ppi./q ]Art. 80. O Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada.

§ 1º A educação a distância, organizada com abertura e regime especiais, será oferecida por instituições especificamente credenciadas pela União.

§ 2º A União regulamentará os requisitos para a realização de exames e registro de diploma relativos a cursos de educação a distância.

§ 3º As normas para produção, controle e avaliação de programas de educação a distância e a autorização para sua implementação, caberão aos respectivos sistemas de ensino, podendo haver cooperação e integração entre os diferentes sistemas (BRASIL, 1996).

Enquanto no Art. 87, valoriza-se a EaD como possibilidade de universalizar o ensino

Art. 87. É instituída a Década da Educação, a iniciar-se um ano a partir da publicação desta Lei. § 1º A União, no prazo de um ano a partir da publicação desta Lei, encaminhará, ao Congresso Nacional, o Plano Nacional de Educação, com diretrizes e metas para os dez anos seguintes, em sintonia com a Declaração

Mundial sobre Educação para Todos. § 3o O Distrito Federal, cada Estado e Município, e, supletivamente, a União, devem: II - prover cursos presenciais ou a distância aos jovens e adultos insuficientemente escolarizados; III - realizar programas de capacitação para todos os professores em exercício, utilizando também, para isto, os recursos da educação a distância (BRASIL, 1996).

Apesar de considerar que a LDBEN aborda de maneira simplista e superficial a EaD, pode ser destacada a importância de se incluir esta modalidade como possibilidade de democratizar e universalizar o ensino no país, mesmo que numa lógica de formação que priorizou os que já estavam inseridos no processo. Porém, só o Artigo 80 parece não ter sido suficiente para regulamentar o reconhecimento e credenciamento dos cursos em EaD, E em 98 foi criado o Decreto 2561/98 que ampliara a competência dos sistemas de ensino estaduais e municipais para viabilizar o credenciamento de instituições interessadas em promover o ensino técnico (COSTA; OLIVEIRA, 2013, p. 99). Costa e Oliveira citam ainda que em 2005 foi criado outro Decreto, o 5622/05 que regulamentou o artigo 80 da LDBEN com destaque para a questão do credenciamento de instituições públicas e privadas para a oferta de cursos e programas na modalidade a distância para a educação básica de jovens e adultos, educação profissional técnica e superior (COSTA; OLIVEIRA, 2013, p. 99).

Com esses dois decretos foi possível que instituições públicas e particulares em escala municipal e estadual pudessem se credenciar junto ao MEC (Ministério da Educação) na oferta de cursos em EaD. Dessa forma, foi possível balizar a oferta de programas em EaD e em 08 de junho de 2006 foi criada a Universidade Aberta do Brasil, pelo Decreto 5800/06 que, segundo os dados dos Censos Universitários e do IBGE, demonstram a explosão da modalidade no Brasil.

### **UAB – Universidade Aberta do Brasil e a democratização do ensino no Brasil**

A Universidade Aberta do Brasil (UAB) surge com a proposta de interiorizar, por meio de convênios de Instituições de Ensino Superior (IES) a formação superior no Brasil. O Artigo 1º do decreto estabelece as finalidades da UAB

I - oferecer, prioritariamente, cursos de licenciatura e de formação inicial e continuada de professores da educação básica; II - oferecer cursos superiores para capacitação de dirigentes, gestores e trabalhadores em educação básica dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; III - oferecer cursos superiores nas diferentes áreas do conhecimento; IV - ampliar o acesso à educação superior pública; V - reduzir as desigualdades de oferta de Ensino Superior entre as diferentes regiões do País; VI - estabelecer amplo sistema nacional de educação superior a distância; e VII - fomentar o desenvolvimento institucional para a modalidade de educação a distância, bem como a pesquisa em metodologias inovadoras (BRASIL, 2006).

É possível verificar que a criação da UAB atende as finalidades propostas de expansão do Ensino Superior no país. Nos dados apresentados nos gráficos 1 e 2 de 2003/2006/2012 é possível inferir claramente que os cursos superiores na modalidade presencial predominam no Brasil em relação aos em EaD (Ensino a Distância). Porém, se analisar o crescimento proporcional presente na Tabela 2 nesse mesmo período

é possível verificar que a oferta em EaD quadruplicou tanto nas instituições públicas quanto em privadas.

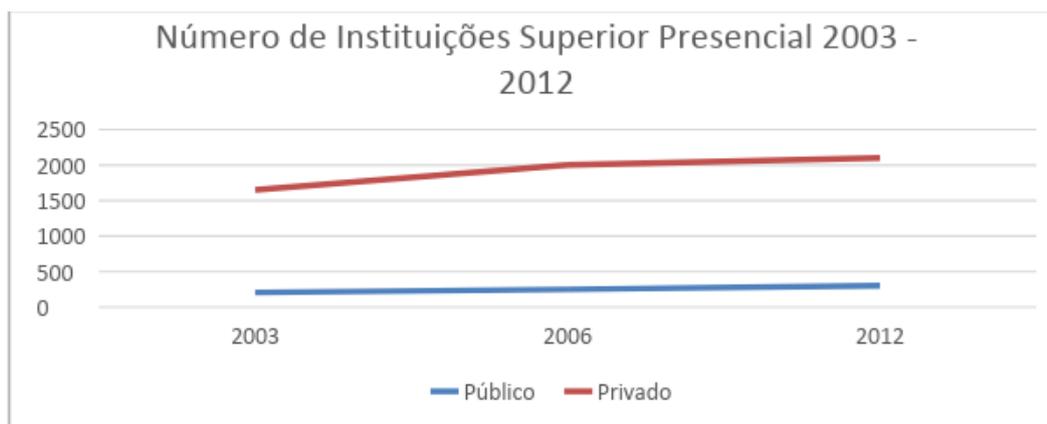


Gráfico 1 - Instituições de Ensino Superior no Brasil 2003-2012

Fonte: Censo da Educação Superior 2003/2006/2012

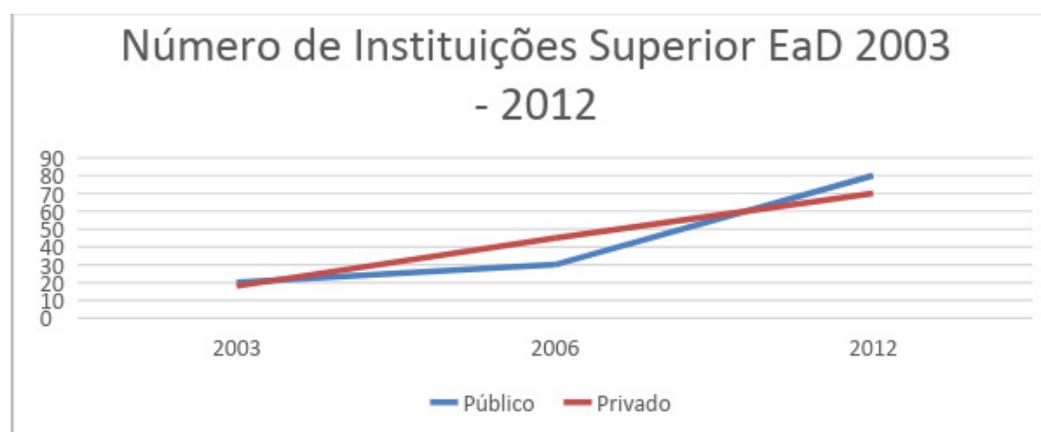


Gráfico 2 - Instituições de Ensino Superior EaD 2003-2012

Fonte: Fonte de dados MEC/INEP

	2003(*)	2006	2012(*)	CRESCIMENTO(*)
<b>EaD</b>				
<b>Público</b>	20	33	80	300%
<b>Privado</b>	18	44	70	288%
<b>Presencial</b>				
<b>Público</b>	207	248	300	44%
<b>Privado</b>	1652	2018	2100	27%

Tabela 2 - Crescimento de Instituições nas modalidades Presencial e EaD no Brasil - 2003/2012

Fonte: o autor com base em MEC/INEP

(\*) Valores aproximados

Diversos fatores influenciaram diretamente para o crescimento das ofertas

em cursos na modalidade em EaD, mas tudo isso está diretamente relacionado às regulamentações, oferta de programas e ações públicas na área, após a criação da UAB (LIMA et al, 2015). Em 2012, eram cerca de 2550 Instituições de Ensino Superior (IES) credenciadas, sendo que cerca de 5% habilitadas para ofertar cursos em EaD. Outra questão fundamental a ser levantada é que cerca de 3 % das IES privadas estavam credenciadas, enquanto as públicas correspondiam a 26%.

Uma dinâmica importante que é possível observar nesse período é a prioridade que as IES têm dado à abertura de cursos em EaD. Na Tabela 3 é possível observar claramente isso. Enquanto o número de matrículas no período de 2003 e 2012 nos cursos presenciais cresceram o dobro, enquanto na modalidade em EaD cresceu cerca de 22 vezes. No presencial, a oferta é maior em áreas como Agricultura / Veterinária, Ciências / Matemática / Computação, Engenharia / Produção / Construção / Humanidades / Artes / Saúde/Bem-Estar Social.

Enquanto na modalidade em EaD áreas de Educação, Serviços e Ciências Sociais/ Negócios/Direito prevalecem. Sendo que em EaD, 40% dos cursos eram da área da Educação e 43% das áreas de Ciências Sociais, Negócios e Direito.

Outra questão importante que pode ser analisada observando a Tabela 3 é a respeito do número de matrículas em EaD no ano de 2015, que superou o número de matrículas no presencial. Além de números, isso demonstra a responsabilidade em se ofertar cursos em EaD de qualidade e que possam realmente inserir no mercado profissionais de qualidade. Apesar da proposta de EaD ter se tornado mais humanista com as últimas políticas públicas, não se pode esquecer a relação mercadológica, já que se forma um profissional capaz de desempenhar uma função na sociedade.

	2003	2006	2012	2015
Presencial	3.887.022	4.676.646	5.923.838	6.633.545
EaD	49.911	207.206	1.113.850	8.027.297

Tabela 3 - Crescimento de Matrículas nas modalidades Presencial e EaD 2003, 2012 e 2015

Fonte: o autor com base em MEC/INEP

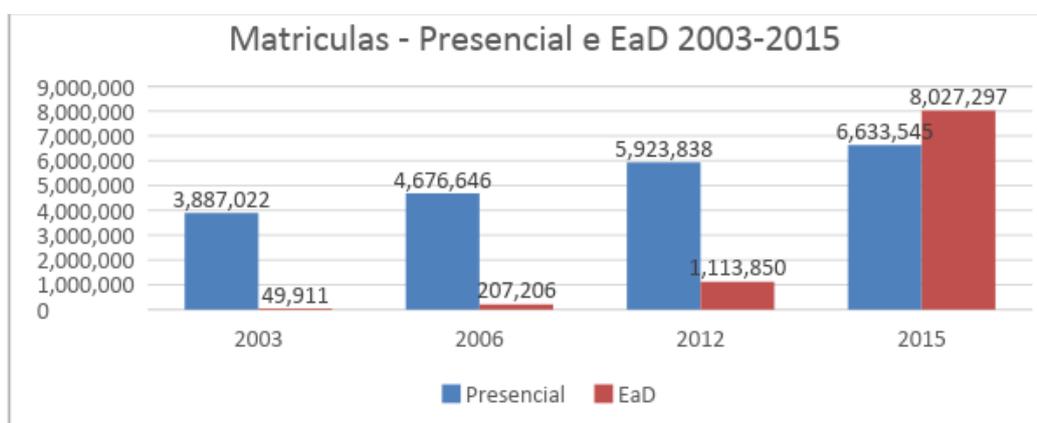


Gráfico 3 - Crescimento de Matrículas nas modalidades Presencial EaD 2003-2015

Fonte: O autor com base em MEC/INEP

O número de matrículas em EaD teve um crescimento de 2003 a 2015 acentuado, principalmente a partir de 2006, enquanto na presencial esse crescimento é contínuo e cresce em um ritmo estável. O destaque do “boom” no número de matrículas pode ser observado principalmente a partir de 2006 onde, em 3 anos, cresceram cerca de 4 vezes.

Que a EaD é uma tendência não se pode questionar, entretanto existem questões que ainda precisam ser resolvidas, e uma delas é a evasão nos cursos desta modalidade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A modalidade em EaD no Brasil acompanhou uma tendência de regulamentação tardia nas discussões a respeito de políticas educacionais se comparadas a outros países do mundo. As políticas públicas para a implementação desta modalidade aparecem primeiramente de maneira superficial na LDBEN 9394/96, mas se firmam com os decretos 2561/98, 5622/05, 5800/06 que regulamenta e credencia municípios e estados a ofertar programas em EaD, bem como regulamenta e credencia instituições superiores públicas e privadas para a oferta de cursos em EaD e cria a UAB.

Esta última, importante política pública para a democratização e universalização de formação inicial e continuada no país. Esta possibilitou o aumento do número de ofertas de vagas nas IES pelo Brasil. E caracterizou-se, ainda, como uma importante política pública de interiorização da formação. A UAB possibilitou que as IES no Brasil ofertassem cursos de qualidade e aumentassem a quantidade de vagas, de tal maneira que o número de matrículas no ensino superior em 2015, na modalidade em EaD, superou o número de matrículas no presencial. Isso demonstra uma tendência para o crescimento desta modalidade como maneira para uma maior interiorização de formação de ensino superior de qualidade.

## REFERÊNCIAS

ALONSO, K. M. **Educação a distância e tutoria: anotações sobre o trabalho docente**. In: ALONSO, Kátia Morosov; RODRIGUES, Rosângela Schawarz; BARBOSA, Joaquim Gonçalves (Orgs.). Educação a distância – práticas, reflexões e cenários plurais. Cuiabá, MT: Central de Texto: EdUFMT, 2009. P. 81-98.

BELLONI, M. L. **Educação a distância**. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2003.

BRASIL. **Lei n. 9394, de 20 de Dezembro de 1996 – Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: [s.n.], 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394).

Html>. Acesso em: 10/09/2017

\_\_\_\_\_. **Decreto 2494, de 10 de fevereiro de 1998. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e dá outras providências.** Brasília, 1998. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/D2494.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2494.htm)> Acesso em: 10/09/2017

\_\_\_\_\_. **Decreto n. 5.800, de 8 de junho de 2006. Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil uab.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5800.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5800.htm)>. Acesso em: 23 jul. 2008.

COSTA, M. L. F.; OLIVEIRA, S. A. G. **O lugar da educação a distância no plano nacional de educação (2011-2020). Teoria e prática da educação.** v. 16, n. 1 (2013) Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/TeorPratEduc/article/view/23766> Acesso em: 11/09/2017

CHAVES, Eduardo O. **Ensino a distância: conceitos básicos.** [on line]. 1999, p. 2-12. Disponível em: <http://www.edutecnet.com.br/edconc.htm> . Acesso em: 11/09/2017.

DOURADO, Luiz Fernandes (org.) **Plano Nacional de Educação (2011-2020): avaliação e perspectivas.** Goiânia: Editora UFG; Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

GARCIA ARETIO, L. **Para uma definição de educação a distância.** Tecnologia Educacional. Rio de Janeiro, v. 16, n. 78-79, n. 56-61, set.-dez. 1987.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2004.** Disponível em: . Acesso em: 2009.

HOLMBERG, B. **Educación a distancia: situación y perspectivas.** Editorial Kapeluz -985. Buenos Aires: 1977.

LIMA, D. C. B. P. et al. Ministério da Educação e Cultura – Conselho Nacional de Educação. **Projeto CNE/UNESCO 914brz1142.3 desenvolvimento, aprimoramento e consolidação de uma educação nacional de qualidade - educação a distância na educação superior.** Brasília, 2014.

LIMA, D. C. B. P.; RAMOS, E. C. A. **Políticas e estratégias da educação a distância, por meio da uab, na formação de professores.** Revista de Ciências Humanas - Educação I FW I v. 16 I n. 26 I p. 55-70 I Jul. 2015.

MENDES, A. M. **A educação a distância nos meandros da legislação brasileira: 1988-1996.** 2005. 156 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília.

MOORE, M. **Distance education: a systems view. Belmont (USA):** Wadsworth Publishing Company, 1973.290 p.

MOORE, M.; KEARSLEY, G. **Educação a distância: uma visão integrada.** São Paulo: Thompsom Learning, 2007.

NOGUEIRA, D. X.P. **A Educação a Distância No Brasil: da LDB ao novo PNE**. Disponível em: <http://www.anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/PDFs/trabalhosCompleto/comunicacoesRelatos/0124.pdf> Acesso em: 11/09/2017

PETERS, O. **A Estrutura Didática da Educação a Distância**. São Paulo: Olho d'Água, 1973

RODRIGUES, C. A. F.; SCIMIDT, L. M. **Introdução a educação à distância**. Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2010. 85p.

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-93243-90-5

